

Aviso n.º 741/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, se torna público que foi renovado, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo certo com Marta Cristina do Coito Carvalho, para o desempenho de funções de técnico superior de psicologia, com início em 19 de Fevereiro de 2005.

6 de Janeiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Jorge Pulido Valente.*

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

Edital n.º 92/2005 (2.ª série) — AP. — Manuel Rodrigo Martins, presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro:

Torna público que, em cumprimento da deliberação desta Câmara Municipal em 26 de Novembro de 2004, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e homologada pela Assembleia Municipal de Miranda do Douro, em sua sessão ordinária realizada no dia 17 de Dezembro de 2004, de acordo com as alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aprovado o projecto de Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro.

Para constar e que ninguém alegue desconhecimento se lavrou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de costume.

11 de Janeiro de 2005. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível.*)

Projecto de Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro

O Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro é uma casa transmitida pela EDP para o município de Miranda do Douro, através de um protocolo, sendo, posteriormente, remodelada e adaptada, no âmbito de um Programa de Valorização Territorial da Rota da Terra Fria, para corresponder às necessidades de uma unidade de alojamento juvenil do concelho de Miranda do Douro.

Situa-se no Barrocal do Douro um cantinho muito especial, do município de Miranda do Douro, em pleno Parque Natural do Douro Internacional.

Este centro de acolhimento oferece aos jovens e demais visitantes momentos inesquecíveis de lazer e aventura no meio de uma natureza espectacular com paisagens paradisíacas. Aqui podes beneficiar de um contacto íntimo e descontraído com a natureza — onde existem espécies animais e vegetais únicas — e com nossa gente de carácter afável. Se vieres ao Centro de Acolhimento do Barrocal podes descansar, passear por caminhos rurais, praticar diversos desportos como escalada, montanhismo, *rappel*, BTT e, porque ali se situam as barragens de Picote e Miranda do Douro, podes praticar a pesca, a canoagem e outros desportos náuticos.

O centro juvenil é circundado por quilómetros de um belo espaço verde que se estende por declives encrespados, onde se respira o aromático ar silvestre e nos deslumbra o branco da neve, de inverno.

Se vieres visitar o centro de acolhimento, poderás também conhecer o belo património arquitectónico, a gastronomia, o artesanato, a cultura, os usos, os costumes das gentes do concelho de Miranda do Douro.

CAPÍTULO I

Âmbito e aplicação

Artigo 1.º

Âmbito e aplicação

O presente Regulamento aplica-se ao Centro de Acolhimento Juvenil, situado no Barrocal do Douro, freguesia de Picote, pertencente ao município de Miranda do Douro.

CAPÍTULO II

Capacidade, horário e períodos de funcionamento

SECÇÃO I

Artigo 2.º

Capacidade

A Centro de Acolhimento Juvenil é composto de 12 quartos múltiplos, com 4 camas/cada e WC privativo, sendo um dos quartos para deficientes com casa de banho privativa.

Artigo 3.º

Serviços

Dispõe esta unidade de alojamento dos seguintes serviços e zonas de utilização comum:

Cozinha de alberguista;
Refeitório;
Lavandaria;
Sala de convívio;
Sala de reuniões;
Aluguer de bicicletas;
Serviço de pequenos almoços, das 8 às 9 horas, no refeitório.
Instalações sanitárias para deficientes — só utilizadas por estes.
Limpeza e mudança de toalhas e roupa de cama, duas vezes por semana, em estadias iguais ou superiores a oito dias.

Artigo 4.º

Horários

O centro de acolhimento tem o seguinte horário:

Da recepção — das 9 às 12 horas e das 18 às 21 horas.
De funcionamento — 24 horas dia.

SECÇÃO II

Normas gerais de funcionamento

Artigo 5.º

Período de funcionamento

O Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro, funciona durante todo o ano.

Artigo 6.º

Utilizadores

O Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal é um local de encontro entre pessoas de diversas regiões e culturas e pode ser utilizado sem qualquer limite de idade, nacionalidade, credo ou ideologia.

Artigo 7.º

Período de silêncio

1 — De domingo a quinta-feira o silêncio decorre entre as 23 e as 7 horas.

2 — Às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados, o período de silêncio decorre entre as 24 e as 7 horas.

Artigo 8.º

Da admissão ao Centro de Acolhimento Juvenil e proibições

1 — Todo o alberguista é obrigado a assinar uma ficha de inscrição, onde conste a sua identificação completa, mediante apresentação do bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte, e a recusa em a assinar é motivo para interdição da entrada.

2 — No acto da inscrição todo o alberguista é obrigado a:

- Fazer a sua inscrição individual;
- Fazer a sua inscrição e das pessoas do seu agregado familiar que o acompanhem.

3 — Após a inscrição o/a rececionista entregará ao alberguista os correspondentes cartões de identificação ou do documento entregue para o mesmo efeito.

4 — Pode ser impedida a entrada a pessoas que manifestem deficientes condições de sanidade, embriaguês ou toxic dependência.

5 — Será também impedida a entrada a pessoas portadoras de armas ou objectos que possam ser utilizados como tal.

6 — Poderão ser expulsos, pelo pessoal de serviço, os alberguistas que, por palavras, gestos ou comportamentos, possam ferir susceptibilidades de outros alberguistas ou funcionários do Centro de Acolhimento.

7 — O município não se responsabiliza pelo extravio ou furto de quaisquer objectos pertencentes aos utentes.

8 — É proibida a entrada dos alberguistas em zonas reservadas somente ao pessoal.

9 — Não podem entrar nas instalações animais domésticos de estimação.

10 — Durante o período da limpeza não é permitida a permanência nos quartos.

11 — Os utentes são individualmente responsáveis por eventuais danos que provoquem, assumindo as responsabilidades inerentes.

12 — As visitas só podem permanecer nas zonas de utilização comum.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres dos alberguistas

Artigo 9.º

Direitos dos alberguistas

Os utilizadores do centro de acolhimento usufruem dos seguintes direitos:

- Utilizar as instalações do centro de acolhimento de acordo com as regras do presente Regulamento;
- Exigir o comprovativo de cada pagamento efectuado;
- Exigir a apresentação do Regulamento interno do centro;
- Exigir a apresentação do livro de reclamações;
- Utilizar as zonas comuns da unidade de alojamento.

Artigo 10.º

Formalidades das reclamações

As reclamações apresentadas só serão consideradas se o reclamante indicar os seguintes elementos:

- Nome completo;
- Domicílio;
- Documento de identificação.

Artigo 11.º

Deveres dos alberguistas

Constituem deveres dos utentes do centro:

- Cumprir as disposições do presente Regulamento;
- Comunicar à recepção qualquer acto praticado por alberguistas que violem o disposto no presente Regulamento, nomeadamente quando sejam lesados outros utentes e os seus bens e o material do centro de alojamento;
- Proceder ao pagamento da estadia na recepção, momento da chegada;
- Requisitar na recepção a utilização dos serviços de lavandaria, aluguer de bicicletas e serviço de pequeno almoço, mediante o pagamento antecipado do preço a cobrar correspondente a cada utilização;
- Após a confecção das refeições na cozinha devem os utentes deixar as instalações limpas e arrumadas.

Artigo 12.º

Reservas

1 — Podem os alberguistas efectuar reservas de quartos ou camas.

2 — No acto da reserva deve ser depositado 30 % do valor total da estadia individual ou de grupo, sendo este depósito condição para confirmação da reserva.

3 — A todo o momento pode o utente desistir da reserva, mas neste caso apenas tem direito à devolução de 10 % do montante pago a título de reserva.

CAPÍTULO IV

Tabela de preços

Artigo 13.º

Preços e descontos

1 — Preço diário por aluguer de quarto múltiplo (não inclui serviço de pequeno-almoço) — 15 euros.

2 — Preço por cama em quarto múltiplo e dia (não incluído serviço de pequeno-almoço) — 4 euros.

3 — Pequeno-almoço/individual/dia — 0,75 euros.

4 — Utilização de lavandaria, pelo próprio alberguista e com detergentes do próprio — por cada utilização, incluindo máquina de lavar roupa e ferro de engomar — 2 euros.

Os preços dos quartos e camas enumerados na presente tabela podem ser objecto de desconto nas seguintes situações e pelos montantes que a seguir se referem:

- Portadores de cartão jovem e cartão de idoso — 25 %.
- Associações desportivas, recreativas, de solidariedade social, humanitárias, e escolas — 25 %.

Os preços dos quartos e camas incluem roupa de cama e toalhas de banho e rosto.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Aviso n.º 742/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público, ao abrigo do n.º 1 do artigo 34.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e por despacho do vereador com competência delegada na área de pessoal datado de 2 de Dezembro de 2004, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo, por um ano, com Florência Maria Lopes Loureiro, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe.

O Vereador, *Alfredo Mendonça*.

CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Edital n.º 93/2005 (2.ª série) — AP. — Maria Amélia Maceo Antunes, presidente da Câmara Municipal do Montijo:

Torna público que, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, durante o período de 30 dias, a contar da data de publicação do presente edital no *Diário da República*, é submetido a inquérito público o projecto de Regulamento do Programa Oportunidade.

Os interessados poderão dirigir, por escrito, as suas sugestões à Câmara Municipal, no período acima mencionado, encontrando-se o referido projecto de Regulamento patente para consulta, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente no Gabinete de Saúde e Acção Social, sito na Praça da República, 52, 1.º, esquerdo, nesta cidade do Montijo.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, (*Assinatura ilegível*), chefe da Divisão de Gestão Administrativa, o subscrevi.

6 de Janeiro de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria Amélia Antunes*.

Regulamento Municipal do Programa Oportunidade

Preâmbulo

Tendo em conta a igualdade de oportunidades, por um lado, e os direitos sociais, por outro, o Programa Oportunidade tem como principal objectivo criar condições de acesso à cultura e à formação, para pessoas economicamente desfavorecidas do concelho de Montijo.

A Constituição da República Portuguesa determina, no capítulo III, artigo 73.º, relativo à educação, cultura e ciência, no n.º 3, que cabe ao Estado promover a democratização da cultura para que todos os cidadãos tenham acesso à sua fruição, bem como no artigo 78.º, onde se lê que incumbe ao Estado incentivar e dar meios para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura.